

EUGENIO RAÚL ZAFFARONI
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI

MANUAL DE DIREITO PENAL BRASILEIRO

Parte Geral

13.^a EDIÇÃO
REVISTA E ATUALIZADA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Produção Editorial

Coordenação

IVÊ A. M. LOUREIRO GOMES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Bruno Capassi, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Mariiia Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Rafaela Araújo Akiyama

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier e Daniela Medeiros Gonçalves Meio

Estagiários: Fernanda Farias, Lucas Vieira e Sthefany Moreira Barros

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de Capa: Carla Lemos

Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zaffaroni, Eugenio Raúl

Manual de direito penal brasileiro, parte geral / Eugenio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli. – 13. ed. rev. e atual. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-265-1

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Pierangeli, José Henrique. II. Título.

18-22891



CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito penal 343(81)
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA À 10. ^a EDIÇÃO	7
NOTA À 9. ^a EDIÇÃO	9
NOTA À 8. ^a EDIÇÃO	11
DUAS NOVAS PALAVRAS.....	13
PRÓLOGO À 1. ^a EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – ALBERTO SILVA FRANCO	17

PRIMEIRA PARTE TEORIA DO SABER DO DIREITO PENAL

TÍTULO I DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO SABER DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I – CONTROLE SOCIAL, SISTEMA PENAL E DIREITO PENAL

I – Controle social e sistema penal

1. O delito como “construção” e como “realidade”	57
2. Conceito e formas de controle social	60
3. Saber e controle social (saber e poder)	61
4. Características da manipulação ideológica	63
5. Os direitos humanos e o controle social	65
6. A importância do controle social institucionalizado ou formalizado	66

II – Sistema penal e direito penal

7. Conceito de “sistema penal”	68
8. Os distintos setores do sistema penal	69
9. Os discursos do sistema penal	70
10. Condicionamentos do sistema penal	73
11. A função social do sistema penal	74
12. O princípio da intervenção mínima na América Latina	77
13. O sistema penal e a lei penal	77
Bibliografia	80

CAPÍTULO II – O HORIZONTE DE PROJEÇÃO
DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O direito penal

14. Divisão da parte geral do direito penal	82
15. Conceito geral de direito penal	82
16. Denominação	83
17. O horizonte de projeção do saber do direito penal	84
18. O direito penal e a filosofia	85
19. O caráter público do direito penal	85

II – O objetivo da legislação penal

20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal?	87
21. As respostas usuais	88
22. Existe a “segurança jurídica”?	89
23. O que é a defesa social?	91
24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos?	92

*III – A tarefa asseguradora do direito penal
no marco da ordem jurídica*

25. O caráter diferenciador do direito penal	95
26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia	96

*IV – A coerção penal como meio de prover
a segurança jurídica*

27. O conceito de coerção penal	98
28. Crítica da tese da prevenção geral	98
29. Prevenção geral e função simbólica da pena	101
30. A prevenção penal como objetivo da pena	102
31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo	106

V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade

32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade	107
33. Direito penal de autor e direito penal de ato	111

VI – As “teorias da pena”

34. As chamadas teorias da pena	112
35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas.....	113
36. As medidas de segurança	115
Bibliografia	116

CAPÍTULO III – FONTES, LIMITES E RELAÇÕES
DO DIREITO PENAL

I – As fontes do direito penal

37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal	118
38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União	119
39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal.....	120
40. As fontes de informação da ciência do direito penal	121

II – Legislação penal, ciência do direito penal e política criminal ou criminológica

41. Política criminal ou criminológica.....	123
42. Política criminal e legislação penal.....	124
43. Política criminológica e saber penal	125

III – O direito penal e as outras disciplinas jurídicas

44. Relações com o direito constitucional	126
45. O direito penal e os direitos humanos	127
46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitucionais ..	128
47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais	130
48. Relações com o direito processual penal.....	131
49. Direito penal e direito de execução penal.....	132
50. Direito penal e direito penal militar.....	133
51. Direito contravencional	134
52. Direito penal e direito do menor.....	135
53. Direito penal e direito administrativo.....	138
54. Relações com o direito internacional.....	140

*IV – Relações e delimitação do direito penal com a
criminologia e outras disciplinas*

55. A criminologia	145
56. A criminologia positivista	146
57. A criminologia da “reação social”	147
58. As “ciências penais”	148
Bibliografia	150

CAPÍTULO IV – O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS
DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O problema do método no direito penal

59. A dogmática	151
60. O método dogmático como método científico.....	152
61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa	153
62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático	154
63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção	156
64. Dogmática e ideologia.....	158
65. O método comparativo no direito penal.....	159

*II – Princípios a que deve ajustar-se toda
interpretação da lei penal*

66. Proscrição da analogia	159
67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i>	161
68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena	162
69. O princípio de humanidade	163
Leituras complementares	164

CAPÍTULO V – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

I – O direito penal antigo

70. Objeto do estudo da evolução legislativa.....	165
71. O direito penal das culturas distantes.....	166
72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal	170
73. O direito penal romano.....	173

II – O direito penal medieval e moderno

74. Os germanos	174
-----------------------	-----

75. O direito penal canônico.....	175
76. O direito penal árabe.....	176
77. Os práticos e os glosadores.....	176
78. A Carolina.....	177
79. A legislação penal ibérica: Espanha.....	177
80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino.....	179

III – O movimento reformador do século XVIII

81. As reformas penais do despotismo ilustrado.....	191
---	-----

IV – A gênese da legislação contemporânea

82. A codificação do século XIX.....	192
83. Os principais textos do século XX.....	194

V – A legislação penal brasileira do século XIX

84. O Código Criminal do Império.....	196
85. O Código da República Velha (1890).....	199
86. Os projetos de VIEIRA DE ARAÚJO.....	200
87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX.....	201

VI – A evolução até o Código de 1940

88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913).....	201
89. Projetos de SA PEREIRA (1927, 1928 e 1935).....	201
90. O projeto ALCANTARA MACHADO.....	202
91. O Código de 1940.....	202

VII – A legislação atual

92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas.....	203
93. A nova parte geral de 1984.....	204
94. Perspectiva.....	205
Bibliografia.....	206

CAPÍTULO VI – A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES

I – A lei penal no tempo

95. O princípio geral e a exceção.....	207
96. Leis temporárias e excepcionais.....	209
97. Retroatividade e medidas de segurança.....	210
98. O momento da ação ou omissão.....	210

99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia	212
<i>II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções</i>	
100. Indenidades e imunidades	213
101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares	214
102. Imunidades diplomáticas e consulares	215
Leituras complementares	216

TÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE
DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL
(AS IDEOLOGIAS PENAIS)

CAPÍTULO VII – O SURGIMENTO DO PENSAMENTO PENAL
MODERNO: O INDUSTRIALISMO

I – As ideologias penais anteriores ao industrialismo

103. A iniludível referência às ideologias	219
104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal	220
105. O pensamento grego	223
106. Os sofistas	224
107. SÓCRATES	226
108. PLATÃO	226
109. ARISTÓTELES	227
110. O pensamento pós-aristotélico	228
111. O pensamento medieval em geral	229
112. SANTO AGOSTINHO	230
113. A escolástica medieval	231
114. A mística	233
115. O ensinamento do pensamento medieval	233

II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais

116. Revolução industrial e controle social	234
---	-----

*III – O contratualismo retributivo:
a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza*

117. O talião: a indenização pela violação do contrato	238
118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialismo (MARAT)	241

IV – Os penalistas do contratualismo

119. BECCARIA.....	244
120. MELLO FREIRE.....	246
121. LARDIZÁBAL.....	248
122. ROMAGNOSI.....	248
123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA)	249

*V – A ideologia do treinamento para a produção industrial
(a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)*

124. As penas: do “corpo” à “alma”.....	250
125. BENTHAM e a “ideologia panóptica”.....	251
Bibliografia	253

CAPÍTULO VIII – AS IDEOLOGIAS PENAIS
DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL
NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA CRISE

I – O giro para o organicismo

126. O deslocamento do conflito.....	255
127. O organicismo social.....	256

II – A ideologia penal hegeliana

128. Hegelianismo penal.....	257
129. A projeção do pensamento hegeliano	259

III – As ideologias penais das respostas ao hegelianismo

130. O krausismo penal (correcionalismo)	259
131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular”	262
132. A reação nietzscheana.....	262
133. A reação marxista.....	264

IV – O organicismo positivista

134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder.....	266
135. A antropologia criminal de LOMBROSO	268
136. O positivismo penal sociológico: FERRI.....	269
137. A “luta de escolas”	270
138. O platonismo rudimentar de GAROFALO.....	272

V – As variantes do positivismo

139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT	274
140. O positivismo correccionalista: DORADO MONTERO	276
141. O positivismo jurídico	277
142. BINDING	278

VI – A crise do positivismo organicista

143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM).....	280
Bibliografia	281

CAPÍTULO IX – A IDEOLOGIA PENAL
NO “ESTADO DO BEM-ESTAR”
NOS PAÍSES CENTRAIS

I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista

144. A separação das ideologias.....	283
--------------------------------------	-----

II – As ideologias da criminologia norte-americana

145. As teorias sociológicas da unidade cultural	285
146. As teorias do conflito	287

III – A ideologia do tratamento

147. A ideologia do tratamento.....	289
148. A nova defesa social	290

IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu

149. O neocriticismo penal.....	292
150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”)	293
151. O neoescolasticismo.....	294
152. A ética material (SCHELER-HARTMANN)	295
Bibliografia	297

CAPÍTULO X – A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS
COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO
DE CAPITAL PRODUTIVO

I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”

153. A crítica ao “direito penal liberal”	298
154. O conceito de direito penal liberal.....	299

II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra

155. As políticas penais fascista e nacional-socialista.....	300
156. A política penal soviética de pré-guerra.....	303

III – A política penal soviética

157. O direito penal soviético da última etapa	305
--	-----

IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica

158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices	307
Leituras complementares	309

CAPÍTULO XI – PANORAMA ATUAL DO PENSAMENTO PENAL
E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA

I – Bases filosóficas realistas provenientes dos países centrais

159. Existencialismo	310
160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais.....	313
161. A teoria crítica da sociedade	315

II – Linhas político-criminais enunciadas nos países centrais

162. Tendências penais utópicas.....	317
163. A “nova direita” penal.....	319
164. A “política criminal verde”	320
165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima	322

III – O pensamento penal atual na América Latina

166. O “retribucionismo” na América Latina	323
167. O perigosismo na América Latina.....	324
168. O direito penal de segurança nacional.....	325
169. A crítica penal latino-americana	326
Bibliografia	326

CAPÍTULO XII – OS CAMINHOS ABERTOS
PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA
DO DIREITO PENAL

I – A necessidade da fundamentação antropológica

170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais	328
---	-----

*II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo
e puro exercício do poder*

171. A distinção	329
172. Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder?	330

III – O direito penal efetivo e o direito penal não efetivo

173. Condições de efetividade do direito penal	331
174. Efeitos da ausência de fundamentação antropológica	338

**SEGUNDA PARTE
TEORIA DO DELITO**

TÍTULO I

ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO

CAPÍTULO XIII – NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO

I – Utilidade da teoria do delito

175. Incumbência da teoria	345
----------------------------------	-----

II – Necessidade de estratificar a teoria do delito

176. Conceito de estratificação	346
177. Teoria estratificada e teoria unitária do delito	347
178. Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito	348

CAPÍTULO XIV – ESBOÇO ESTRUTURAL

I – Os níveis analíticos da teoria do delito

179. Colocação geral	349
180. Representação do proceder analítico	352
181. O critério sistemático que surge da estrutura analítica	352

II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica

182. Do autor à conduta	353
183. O critério objetivo-subjetivo	354

III – Evolução da teoria do delito

184. Injusto objetivo – Culpabilidade psicológica (LISZT)	355
185. Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BELING) ..	356
186. A ruptura do esquema objetivo-subjetivo	356
187. O tipo complexo e o finalismo	358
188. A teoria do delito no Brasil	359

189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos.....	360
Bibliografia	363

TÍTULO II A CONDUTA

CAPÍTULO XV – CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

I – O direito penal não altera o conceito de conduta

190. Ato de vontade e ato de conhecimento.....	367
191. O direito e a conduta humana	367
192. Não há delito sem conduta	368
193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i>	369

II – A questão terminológica

194. Conduta, ação, ato, fato	371
-------------------------------------	-----

III – Conduta implica vontade

195. Vontade e desejo	372
196. Vontade e finalidade.....	373
197. Vontade e vontade “livre”	373

IV – Estrutura da conduta

198. A antecipação biocibernética	374
199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição.	375
200. Localização do resultado e do nexa causal	376

V – A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas

201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas	377
202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva.....	378

CAPÍTULO XVI – OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA E SUA CRÍTICA

I – A teoria causal da ação

203. Conceito geral de conduta para o causalismo.....	379
204. Crítica do conceito.....	381

II – As teorias “sociais” da conduta

205. Os seus diversos sentidos.....	383
206. Conceito “social” e teoria finalista.....	384
207. Esterilidade do conceito “social”	384

*III – As tentativas de estruturar o conceito de conduta a partir
de exigências sistemáticas*

208. O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta..	385
Leituras complementares	386

CAPÍTULO XVII – AUSÊNCIA DE CONDUTA

I – Panorama

209. Enumeração das hipóteses	387
-------------------------------------	-----

II – Força física irresistível

210. Delimitação	388
211. Hipóteses de força física irresistível	389
212. Força física irresistível “interna”	390

III – Involuntariedade

213. Conceito e delimitação	391
214. Estado de inconsciência	392
215. Casos particulares de inconsciência	393
216. A involuntariedade procurada	393
217. Ausência de conduta na omissão	393

IV – Importância da distinção com outros aspectos negativos do delito

218. Efeitos da ausência de conduta	394
Bibliografia	394

TÍTULO III

A TIPICIDADE

CAPÍTULO XVIII – ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIIS E SUAS
RELAÇÕES COM A ANTIJURIDICIDADE

I – Conceito de tipo e tipicidade

219. Definição de tipo penal	397
220. Tipo e tipicidade	398
221. Outros usos da palavra “tipo”	399

II – Modalidades técnico-legislativas dos tipos

222. Tipos legais e tipos judiciais	399
223. Tipos abertos e tipos fechados	400
224. Outra forma de abertura típica	401

225. Tipo de autor e tipo de ato.....	401
226. A lei penal em branco	402

III – Concepções complexa e objetiva

227. A concepção objetiva do tipo penal	403
228. A concepção complexa do tipo penal	404

IV – Tipicidade e antijuridicidade

229. Panorama das distintas posições.....	406
230. Interesse, bem e norma	407
231. A antinormatividade	408
232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante.....	410
233. Antinormatividade e antijuridicidade	412
234. Atipicidade conglobante e justificação.....	412

V – Os bens jurídicos penalmente tutelados

235. A importância do bem jurídico	413
236. Conceito de bem jurídico	414
237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade”	415
238. A moral como bem jurídico	416
239. Pode-se prescindir do bem jurídico?	417
240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados	418
Leituras complementares	419

CAPÍTULO XIX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO OBJETIVO

I – Panorama da estrutura do tipo doloso

241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo	420
--	-----

II – A alteração física

242. O resultado material	421
243. A relação de causalidade	422
244. A natureza da relação de causalidade.....	423

III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos

245. Os sujeitos.....	425
246. As referências	426
247. Os elementos normativos.....	426

IV – Classificações secundárias

248. Sua importância e quadro geral	427
Leituras complementares	429

CAPÍTULO XX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO SUBJETIVO

I – Estrutura do tipo doloso subjetivo

249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos	430
---	-----

II – Conceito de dolo

250. Definição e aspectos	431
---------------------------------	-----

III – O aspecto cognoscitivo do dolo

251. As formas de conhecimento.....	432
252. O grau de atualização exigido pelo dolo.....	433
253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade.....	433
254. Dolo valorado e dolo desvalorado.....	434
255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo.....	435
256. Previsão da causalidade e do resultado.....	435
257. Alguns erros sobre a causalidade	436

IV – A ausência de dolo por erro de tipo

258. O erro de tipo: sua natureza.....	440
259. Os efeitos do erro de tipo.....	442
260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica.....	443
261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente.....	444
262. O erro de tipo não é o “erro de fato”	445
263. O erro de tipo psicologicamente condicionado.....	445

V – O aspecto volitivo do dolo

264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto....	446
265. O dolo eventual	446

VI – Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo

266. Conceito e localização	448
267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo.....	449
268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo.....	450

269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpa-bilidade	452
Leituras complementares	453

CAPÍTULO XXI – TIPOS CULPOSOS

I – Panorama da problemática da culpa

270. Culpa e finalidade	454
271. Os tipos culposos como tipos abertos.....	455
272. A função do fim no tipo culposo	456

II – O aspecto objetivo do tipo culposo

273. A função do resultado nos tipos culposos	457
274. A causalidade no tipo culposo	458
275. A violação do dever de cuidado	458
276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade).....	460

III – O aspecto subjetivo do tipo culposo

277. Sua natureza.....	461
278. Componentes subjetivos.....	461
279. Culpa com fim de causar o resultado.....	462
280. Culpa com representação e culpa inconsciente	463

IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica

281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade.....	464
282. Localização da culpa na culpabilidade.....	464
283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo	466
Leituras complementares	467

CAPÍTULO XXII – O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

I – O chamado “princípio de culpabilidade”

284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade”	468
285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva	468

II – As figuras complexas

286. A preterintenção e outras hipóteses.....	469
287. Delitos “qualificados pelo resultado”	470

III – *O versari in re illicita e suas manifestações*

288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento	471
289. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	472
290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i>	473
291. O problema da embriaguez na legislação brasileira	476
Leituras complementares	479

CAPÍTULO XXIII – OS TIPOS OMISSIVOS

I – *Natureza da omissão*

292. A omissão é uma estrutura típica	480
293. Não há omissões pré-típicas	481

II – *A estrutura do tipo omissivo objetivo*

294. Situação, exteriorização e possibilidade	482
295. Equivalente típico da causação	482
296. O autor	483
297. A omissão imprópria e sua problemática	483
298. As fontes da posição de garantidor	485

III – *O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão*

299. O dolo omissivo	486
----------------------------	-----

IV – *As omissões culposas*

300. A culpa omissiva	488
301. Estrutura culposa e estrutura omissiva	489

V – *Excursus político-criminal*

302. O significado político-criminal da omissão	490
Leituras complementares	491

CAPÍTULO XXIV – A TIPICIDADE CONGLOBANTE COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGAL

I – *Função da tipicidade conglobante*

303. Remissão	492
---------------------	-----

II – *O cumprimento de um dever jurídico*

304. Natureza	493
305. Colisão de deveres	494

306. Consequências de sua natureza	496
<i>III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos do cumprimento de dever</i>	
307. Acordo.....	496
308. As intervenções cirúrgicas	498
309. As lesões desportivas.....	500
310. As atividades perigosas fomentadas	501
<i>IV – A afetação do bem jurídico como requisito indispensável da tipicidade conglobante</i>	
311. Dano e perigo.....	502
312. O princípio da insignificância.....	503
<i>V – Excursus esclarecedor</i>	
313. A teoria da adequação social da conduta	503
Leituras complementares	504
TÍTULO IV A ANTIJURIDICIDADE	
CAPÍTULO XXV – ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO	
<i>I – Antinormatividade e antijuridicidade</i>	
314. Ordem normativa e ordem jurídica	507
315. O conceito geral de antijuridicidade.....	507
316. Antijuridicidade formal e material.....	508
317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal”	509
318. A politização da antijuridicidade material	509
319. Nossa posição.....	510
<i>II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva</i>	
320. Antijuridicidade e injusto	510
321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade	511
322. O problema do injusto pessoal	511
<i>III – Os tipos permissivos em geral</i>	
323. Estrutura do tipo permissivo	512
324. A congruência no tipo permissivo	514
325. O fundamento genérico dos tipos permissivos.....	514

326. Classificação dos tipos permissivos	515
Leituras complementares	515

CAPÍTULO XXVI – LEGÍTIMA DEFESA

I – Natureza e fundamento

327. O fundamento individual e o fundamento social	516
328. Necessidade e defesa	517

II – Características da defesa legítima

329. Bens defensáveis.....	518
330. A agressão injusta	518
331. A questão da provocação	519
332. Necessidade da defesa.....	520
333. Moderação da defesa.....	521
334. A defesa da administração da justiça e a vida	522
335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo	523
336. A defesa do Estado	523
Leituras complementares	524

CAPÍTULO XXVII – OUTROS TIPOS PERMISSIVOS EM PARTICULAR

I – A regulação legal do estado de necessidade; justificação e excludente de culpabilidade

337. A fórmula legal.....	525
338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade.....	526
339. As autonomias teóricas como única solução	527
340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade.....	527

II – O estado de necessidade justificante

341. Conceito.....	528
342. Requisitos do estado de necessidade justificante.....	529

III – O excesso nas causas de justificação

343. O conceito de “excesso”.....	531
344. Excesso doloso e excesso culposos	532
Leituras complementares	533

TÍTULO V
A CULPABILIDADE

CAPÍTULO XXVIII – CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO

I – Conceito de culpabilidade

345. Ideia geral.....	537
346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade	539
347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade	540
348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade	540

II – O princípio de culpabilidade

349. Fundamento antropológico	542
350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica	542

III – Culpabilidade de ato e de autor

351. A culpabilidade pela conduta de vida	543
352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida	544

IV – Outros conceitos de culpabilidade

353. A chamada “cocalpabilidade”	545
354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena	546
355. A teoria da “possibilidade de atribuição”	546
356. Inculpabilidade e impunidade	546

V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência

357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas	547
Leituras complementares	548

CAPÍTULO XXIX – A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE
COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

I – Localização sistemática

358. Exigência legal	549
359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo	549
360. Teorias que situam o problema na culpabilidade.....	551
361. Nossa posição.....	552

II – Natureza

362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual.....	552
--	-----

363. Natureza da compreensão da antijuridicidade.....	553
364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade.....	554
Leituras complementares	555

CAPÍTULO XXX – A INEXIGIBILIDADE
DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE
DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

I – Conceito, localização e delimitação

365. Conceito de imputabilidade e inimputabilidade.....	556
366. Outros conceitos de imputabilidade	558

*II – A incapacidade psíquica de entender
a ilicitude no direito vigente*

367. Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade.....	559
368. A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade.....	561
369. Emoção e paixão	565

III – A culpabilidade diminuída

370. O conceito legal	566
Leituras complementares	567

CAPÍTULO XXXI – ERRO DE PROIBIÇÃO
(INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE
PROVENIENTE DE ERRO)

I – Conceito e classificação

371. Conceito.....	568
372. Classificação.....	568

*II – O erro de proibição visto sob o ângulo
de outras teorias do delito e do injusto*

373. O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo.....	570
374. O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade”	570

III – O erro de proibição no nosso Código

375. As fórmulas legais	571
-------------------------------	-----

IV – O erro de compreensão

376. Erro de conhecimento e de compreensão	573
377. A consciência dissidente e o erro de compreensão	574
378. O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral.....	575

V – Casos especiais de erro

379. Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade.....	577
---	-----

VI – Erro de proibição vencível e invencível

380. Orientação geral	578
Leituras complementares	578

CAPÍTULO XXXII – INEXIGIBILIDADE DE OUTRA
CONDUTA PELA SITUAÇÃO REDUTORA
DA AUTODETERMINAÇÃO

I – Caracterização geral

381. Diversidade de hipóteses básicas	580
---	-----

II – Estado de necessidade exculpante

382. Regulamentação legal.....	581
383. Estado de necessidade e coação	582
384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade	583
385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto	584

III – A obediência hierárquica

386. Hipóteses distintas	585
--------------------------------	-----

*IV – Impossibilidade de dirigir as ações
conforme a compreensão da antijuridicidade*

387. A segunda hipótese da inimputabilidade	587
---	-----

V – Culpabilidade supralegal

388. A inexigibilidade de outra conduta.....	587
Leituras complementares	588

TÍTULO VI

PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE

CAPÍTULO XXXIII – A AUTORIA

I – A problemática do concurso de pessoas

389. Colocação geral do problema.....	591
---------------------------------------	-----

390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe	591
391. O sistema penal vigente	592

II – Autoria e participação

392. Critérios que têm sido defendidos	593
393. Formas de delimitação entre autoria e participação	594
394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	595

III – Formas de autoria

395. Autoria direta e autoria mediata	596
396. Autoria e coautoria	599

IV – A autoria dolosa e a autoria culposa

397. Explicitação das diferentes bases conceituais	600
398. Consequências da diferença.....	600

V – O autor de determinação

399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i>	602
400. O tipo especial de autor de determinação.....	603

VI – O cúmplice com participação de maior importância

401. Coautoria e cumplicidade necessária.....	604
---	-----

VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível

402. A autoria de escritório	605
Leituras complementares	607

CAPÍTULO XXXIV – PARTICIPAÇÃO (INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)

I – Conceito geral

403. Natureza.....	608
404. Outras opiniões acerca de sua natureza	609
405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso	611
406. Participação e favorecimento	611

II – Requisitos da participação

407. Aspecto interno da acessoriedade	613
408. Aspecto externo	613

III – Problemas particulares da participação

409. Formas especiais de configuração.....	614
410. Erro na participação.....	614
411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias”.....	615

IV – Instigação

412. Conceito e meios.....	616
413. O resultado da instigação.....	617
414. O dolo de instigação.....	617
415. Instigação ao suicídio e a autolesão.....	618

V – Cumplicidade

416. Conceito e classes.....	619
417. A participação de menor importância.....	620
Leituras complementares.....	620

CAPÍTULO XXXV – A TENTATIVA

I – Conceitos gerais

418. Conceito de tentativa.....	621
419. O fundamento da punição da tentativa.....	622

II – Estrutura do delito tentado

420. O dolo na tentativa.....	623
421. A consumação como limite da tentativa.....	624
422. Atos executivos e preparatórios.....	625
423. Classes de tentativa.....	627
424. Tentativa na omissão.....	627

III – A tentativa inidônea (delito impossível)

425. Conceito.....	627
--------------------	-----

IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz

426. Fundamento e natureza.....	629
427. Consequências da natureza jurídica.....	632
428. Consequências do fundamento.....	632
429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	632
430. O arrependimento posterior.....	633
431. A tentativa qualificada.....	634
Leituras complementares.....	634

CAPÍTULO XXXVI – UNIDADE E PLURALIDADE DE TIPICIDADES

I – Pluralidade de crimes e de tipicidades

432. Realismo e idealismo nos concursos real e ideal	635
--	-----

II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações

433. O problema na legislação comparada	636
434. Os sistemas dos Códigos brasileiros	637
435. A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica	638
436. O sistema no Código vigente	639
437. Quando há uma e quando há várias condutas?	640
438. Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum	642
439. O verdadeiro delito continuado	643

III – Concurso formal

440. Concurso formal e unidade de conduta	645
441. Concurso formal qualificado	646

IV – Concurso material ou real

442. Concurso material e pluralidade de condutas	648
443. Concurso material atenuado ou falso crime continuado	649
444. Os graus de atenuação do concurso material	650

V – Considerações de lege ferenda

445. Crítica à lei vigente	651
----------------------------------	-----

VI – Concursos aparentes

446. O concurso aparente de tipos	651
Leituras complementares	654

TERCEIRA PARTE TEORIA DA COERÇÃO PENAL

TÍTULO I COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL

CAPÍTULO XXXVII – CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE DA COERÇÃO PENAL

I – Conceito geral

447. Coerção formal e materialmente penal	659
---	-----

448. A “punibilidade”	659
449. Condições que fazem atuar a coerção penal	661

II – As condições penais de operatividade da coerção penal

450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade	663
451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade	665
452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade.....	666
453. Perdão judicial	667
454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade	668
455. A questão da imprescritibilidade	669

III – A prescrição no nosso Código Penal

456. Introdução.....	669
457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação)	670
458. Prescrição das penas restritivas de direito	672
459. Prescrição da pretensão executória.....	672
460. Redução de prazos	673
461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva.....	673
462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória.....	675
463. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	675
464. Absorção de penas	676
465. Suspensão do prazo prescricional.....	676
466. Prescrição intercorrente	677
467. Prescrição retroativa.....	679
468. Recurso da acusação	680
469. Prescrição e leis especiais.....	681
470. Prescrição e mérito.....	682

IV – Excursus sobre as chamadas “condições objetivas de punibilidade”

471. O problema	682
472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”?.....	682

V – As condições processuais de atuação da coerção penal

473. Exercício das ações	683
474. Ação penal e crime complexo	687
475. Decadência	687
476. Perempção.....	689
477. Renúncia do direito de queixa	690

VI – Efeitos

478. Alcance da extinção da punibilidade	691
Leituras complementares	693

CAPÍTULO XXXVIII – MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL

I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral

479. As penas do Código Penal.....	694
480. A relativa indeterminação da pena.....	695

II – O problema da pena de morte

481. A legislação brasileira.....	695
482. A pena de morte no mundo	696
483. A pena de morte não é uma pena.....	697

III – Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal

484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal.....	697
485. Outras penas que não constam do Código	699
486. Penas propostas recentemente	699

IV – As penas privativas de liberdade

487. Considerações gerais.....	701
488. As penas privativas de liberdade no Código vigente.....	703
489. Cálculo do tempo da pena e detração penal	704
490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade	705
491. Execução das penas privativas de liberdade	707
492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil	708
493. A remição pelo trabalho.....	711
494. Os direitos dos presos	711

V – Livramento condicional

495. Requisitos.....	712
496. Livramento condicional subordinado a condições específicas	715
497. Condições a que deve se submeter o liberado	716
498. Revogação do livramento condicional	716

VI – Penas restritivas de direitos

499. Enunciado e natureza	717
500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade	718

501. Prestação pecuniária	719
502. Perda de bens e valores	719
503. Prestação de serviços à comunidade	720
504. Interdição temporária de direitos.....	721
505. Limitação de fim de semana.....	722
506. A pena pecuniária e sua crítica	723
507. O sistema do Código Penal.....	724
508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade.....	726
509. A multa substitutiva.....	726

VII – Efeitos da condenação

510. Natureza.....	727
511. Confisco.....	727
512. As inabilitações acessórias	728

VIII – Reabilitação

513. Natureza.....	729
514. Direito penal de registro	730
515. Extinção das consequências da condenação.....	731
516. Condições para que ocorra a reabilitação	731
Leituras complementares	732

CAPÍTULO XXXIX – A DETERMINAÇÃO DA PENA NO CASO CONCRETO

I – Conceito de individualização da pena

517. Direito de quantificação da pena.....	733
--	-----

II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base

518. Mecânica e etapas	734
519. Determinação da pena-base	736

III – Circunstâncias agravantes e atenuantes

520. Alcance da sua incidência na pena.....	738
521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito....	739
522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito.....	741
523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais.....	742
524. Algumas circunstâncias inominadas	742

*IV – Reincidência: circunstância agravante
pelo maior conteúdo do injusto,
presumido juris et de jure*

525. Fundamento, natureza e crítica	743
526. Condições da reincidência na lei vigente	747

V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)

527. Classificação	750
528. Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto	750
529. Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade	750
530. Escalas alteradas por razões político-criminais	751

VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena

531. A individualização da pena de multa	752
532. Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade	753

VII – Suspensão condicional da pena

533. <i>Sursis e probation</i>	753
534. Requisitos	754
535. Condições	755
536. Revogação da suspensão	755

TÍTULO II

COERÇÃO FORMALMENTE PENAL

CAPÍTULO XL – MEDIDAS DE SEGURANÇA E EFEITOS CIVIS
DA CONDENAÇÃO PENAL

I – As medidas de segurança

537. Introdução	759
538. As medidas de segurança do Código Penal	760
539. As medidas de segurança não têm limite máximo?	761

II – Efeitos civis da condenação penal

540. Reparação do dano <i>ex delicto</i>	762
541. Efeitos da sentença absolutória	764
Bibliografia	764

ANEXO

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

PREÂMBULO	769
OBRAS DOS AUTORES	795